

16/09/2012
MANHÃ

DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO TOCANTINS

Cargo:

Analista em Gestão Especializado – Arquivologia

Provas de Conhecimento

	Questões		Questões
Língua Portuguesa	01 a 10	Legislação que dispõe sobre e organiza a Defensoria Pública	21 a 30
Noções de Informática	11 a 15	Conhecimentos Específicos	31 a 80
História e Geografia do Estado do Tocantins	16 a 20		

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

ANTES DE COMEÇAR A FAZER AS PROVAS:

- Verifique se este caderno contém cinco provas, com um total de 80 (oitenta) questões - sequencialmente enumeradas de 01 a 80.
- Caso haja algum problema solicite ao aplicador a substituição deste caderno.

AO RECEBER A FOLHA DE RESPOSTAS E A FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA :

- Confira seu nome e número de inscrição.
- Assine à CANETA no espaço indicado.

AO TRANSFERIR AS RESPOSTAS PARA A FOLHA DE RESPOSTAS DEFINITIVA:

- Use somente caneta azul ou preta e aplique traços firmes dentro da área reservada à letra correspondente a cada resposta, conforme modelo:



- Sua resposta NÃO será computada se houver marcação de mais de uma alternativa.
- A folha de respostas não deve ser dobrada, amassada ou rasurada.

ATENÇÃO:

Após a prova você só pode levar consigo o Gabarito Rascunho.

AO TERMINAR AS PROVAS você deve chamar a atenção do aplicador levantando o braço. Ele irá até você para recolher sua FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA, FOLHA DE RESPOSTAS e este CADERNO DE PROVAS.

Recolha seus objetos, deixe a sala, e em seguida o prédio. A partir do momento em que sair da sala e até sair do prédio, continuam válidas as proibições sobre o uso de aparelhos eletrônicos e celulares, bem como não lhe é mais permitido o uso dos sanitários.

Terá suas provas anuladas e será automaticamente eliminado do processo seletivo o candidato que, durante a sua realização for surpreendido portando (mesmo que desligado) aparelhos eletrônicos, tais como bip, telefone celular, relógio de qualquer espécie, walkman, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, pen drive, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, chaves e controle de alarme de carro e moto, controle de portão eletrônico, etc., bem como quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro etc., e ainda lápis, lapiseira/grafite, borracha, caneta em material não-transparente, óculos de sol (exceto com comprovação de prescrição médica), carteira de dinheiro e armas.

Duração total destas provas, incluindo o preenchimento da FOLHA DE RESPOSTAS e FOLHA DE TEXTO DEFINITIVA:

CINCO HORAS

Nome:

RG:

COPESE
Comissão Permanente de Seleção

UFT
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

LÍNGUA PORTUGUESA

O fragmento a seguir será o texto base para se responderem as questões de 1 a 10 desta prova. Ele compõe a obra **“O Processo”**, escrita pelo tcheco Franz Kafka (em tradução de Torrieri Guimarães. São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 228-230.). Autores e estudiosos têm denominado o excerto como sendo uma parábola, intitulando-a “Diante da lei”.

1 Diante da lei está postado um guarda. Até ele se chega um homem do campo que lhe pede que o deixe entrar na lei. Mas o sentinela lhe diz que nesse momento não é permitido entrar. O homem reflete e depois pergunta se
5 mais tarde lhe será permitido entrar. “É possível”, diz o guarda, “mas agora não.” A grande porta que dá para a lei está aberta de par em par como sempre, e o guarda se põe de lado; então o homem, inclinando-se para diante, olha para o interior através da porta. Quando o guarda
10 percebe isso desata a rir e diz: “Se tanto te atrai entrar, procura fazê-lo não obstante a minha proibição. Mas guarda bem isto: eu sou poderoso e contudo não sou mais do que o guarda mais inferior; em cada uma das salas existem outros sentinelas, um mais poderoso do que o outro. Eu não posso suportar já sequer o olhar do
15 terceiro”. O camponês não esperara tais dificuldades; parece-lhe que a lei tem de ser acessível sempre a todos, mas agora que examina com maior atenção o guarda, envolto em seu abrigo de peles, que tem grande nariz pontiagudo e barba longa, delgada e negra à moda dos
20 tártaros, decide que é melhor esperar até que lhe deem permissão para entrar. O guarda dá-lhe então um escabelo e o faz sentar-se a um lado, frente à porta. Ali passa o homem, sentado, dias e anos. Faz infinitas tentativas para entrar na lei e cansa o sentinela com suas
25 súplicas. O sentinela às vezes o submete a pequenos interrogatórios, pergunta-lhe por sua pátria e por muitas outras coisas, mas no fundo não lhe interessam especialmente as respostas. Pergunta como o faria um grande senhor; e sempre termina por manifestar-lhe que
30 ainda não pode entrar. O homem, que para realizar aquela viagem teve de se abastecer de muitas coisas, emprega tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Este aceita tudo, mas diz: “Aceito-o para que não julgues que te descuidaste de alguma coisa”. Durante
35 muitos anos aquele homem não afasta os seus olhos do sentinela. Esquece-se dos outros sentinelas e chega a parecer-lhe que este primeiro é o único obstáculo que lhe impede entrar na lei. Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela, chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o
40 auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam. Mas agora, em meio às trevas, percebe um raio de luz inextinguível através da porta. Resta-lhe pouca vida. Antes de morrer concentram-se em sua mente todas as lembranças e pensamentos daquele tempo em uma pergunta que até esse momento não tinha ainda formulado ao sentinela. Como seu corpo já rígido não se
45 pode mover, faz um sinal ao guarda para que se aproxime. Este precisa inclinar-se profundamente pois a diferença de dimensões entre um e outro chegou a fazer-se muito grande em virtude do empequenecimento do homem. “Que é o que ainda queres saber?”, pergunta o sentinela. “És incontestável”. “Dize-me”, diz o homem, “se todos desejam entrar na lei, como se explica que em tantos anos ninguém, além de mim, tenha pretendido fazê-lo?” O guarda percebe que o homem está já às portas da morte, de modo que para alcançar o seu ouvido moribundo ruge sobre ele: “Ninguém senão tu podia
65

entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti. Agora eu me vou e a fecho”.

QUESTÃO 01

Tomando como referência a figura do porteiro, analise as assertivas a seguir e marque a alternativa correta:

- I. Ele nega, em caráter definitivo, o acesso do homem ao campo da Lei;
- II. Ele adia constantemente o acesso do camponês ao conhecimento encerrado na Lei;
- III. Ele oferece explicitamente a ignorância ao camponês, como forma de lhe preservar a vida;
- IV. Ele é venal, pois admite receber presentes do camponês, embora continue lhe barrando a entrada;
- V. Ele se contradiz ao dizer que não podia franquear a entrada ao camponês e, noutro momento, afirma que a entrada estava destinada apenas àquele homem;

- (A) Apenas a II está correta.
 (B) Apenas a IV está correta.
 (C) Apenas a II e a III estão corretas.
 (D) Apenas a I, a III, a IV e a V estão corretas.

QUESTÃO 02

Releia o fragmento final da parábola: “Ninguém senão tu podia entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti. Agora eu me vou e a fecho.” (linhas 65 a 67). Dentre as alternativas a seguir, qual delas NÃO se relaciona a um dos sentidos possíveis do texto?

- (A) O homem foi alcançado pela lei, no sentido restrito desta de se estabelecer uma ordem e de se obedecer a ela.
- (B) O homem deve preservar-se e submeter-se a uma intimidação constante ao longo de sua vida terrena, como lhe julga a lei.
- (C) O empecilho enfrentado pelo homem frente à lei pode ser ele próprio, que se resigna e se contenta com a ignorância, conservando seus medos.
- (D) O homem, já no fim de sua vida, faz a pergunta libertadora, embora já estivesse efetivamente livre ao longo de todos os anos, permanecendo sentado à porta da lei voluntariamente.

QUESTÃO 03

Considerando a forma e a linguagem do gênero a que pertence o texto lido, marque a alternativa que explicita a tipologia textual que o caracteriza:

- (A) Obedece à estrutura convencional da dissertação argumentativa, cujo intuito é discorrer sobre um dado assunto e, senão também persuadir o leitor, transmitir-lhe algum conhecimento.
- (B) Seu intuito preponderante é descrever a experiência humana de séculos, por isso recebendo o mérito de ser lido e admirado por representar interesse de cunho social e de ter validade ainda nos dias atuais.
- (C) Trata-se de uma narrativa de caráter essencialmente argumentativo, cujo objetivo é imprimir concepções sobre a natureza física, a organização e o funcionamento da sociedade, regras de conduta e comportamento.
- (D) Por ser de caráter preditivo, contempla as etapas da vida do homem, como nascimento, velhice e morte, retratando formas de se agir perante o ódio, a desconfiança, a amizade, a rivalidade e contrastando bem e mal, êxito e fracasso, vitória e derrota.

QUESTÃO 04

Reconhece-se que não existem sinônimos perfeitos. Contudo, algum tipo de equivalência semântica deve haver entre palavras ou expressões, principalmente quando se trata de traduções de obras. Nesse sentido, compare os grupos de sentenças abaixo e os termos em destaque e marque a alternativa em que não há equivalência semântica entre as diferentes versões do texto lido, uma de Torriero Guimarães e outra de Modesto Carone (Companhia das Letras, 2005), respectivamente:

- (A) “O guarda dá-lhe então um **escabelo** (...)”.
“O porteiro lhe dá um **banquinho** (...)”.
- (B) “És **incontestável**.”
“Você é **insaciável**.”
- (C) “O guarda percebe que o homem **está já às portas da morte** (...)”.
“O porteiro percebe que o homem **já está no fim** (...)”.
- (D) “Nos primeiros anos maldiz a gritos sua **funesta** sorte (...)”.
“Nos primeiros anos, amaldiçoa em voz alta o acaso **infeliz** (...)”.

QUESTÃO 05

Com base nos fragmentos abaixo, analise o valor semântico do conector MAS (que, além da ideia de oposição, de contraste, pode exprimir restrição, retificação, atenuação ou adição) para assinalar a alternativa CORRETA:

- I. “Diante da lei está postado um guarda. Até ele se chega um homem do campo que lhe pede que o deixe entrar na lei. Mas a sentinela lhe diz que nesse momento não é permitido entrar”. (linhas 01 a 04);
- II. “O homem reflete e depois pergunta se mais tarde lhe será permitido entrar. É possível”, diz o guarda, “mas agora não”. (linhas 04 a 06);
- III. “O camponês não esperara tais dificuldades; parece-lhe que a lei tem de ser acessível sempre a todos, mas agora que examina com maior atenção o guarda, envolto em seu abrigo de peles, que tem grande nariz pontiagudo e barba longa, delgada e negra à moda dos tártaros, decide que é melhor esperar até que lhe deem permissão para entrar.” (linhas 16 a 22);
- IV. “O homem, que para realizar aquela viagem teve de se abastecer de muitas coisas, emprega tudo, por mais valioso que seja, para subornar o porteiro. Este aceita tudo, mas diz: “Aceito-o para que não julgues que te descuidaste de alguma coisa”. (linhas 31 a 35);
- (A) Contraste, contraste, restrição, retificação,
(B) Adição, contraste, restrição, contraste.
(C) Contraste, contraste, retificação, restrição.
(D) Restrição, restrição, retificação, retificação.

QUESTÃO 06

Em: “Se tanto te atrai entrar, (linha 10) procura fazê-lo não obstante a minha proibição.” (linha 11), temos:

- Oração 1** – condição para a realização;
Oração 2 – resultado da condição enunciada;

Na noção de condicionalidade, diz-se que a construção apoia-se em uma hipótese. Pode-se considerar, no excerto acima, do ponto de vista lógico-semântico, que a relação que se instaura entre o conteúdo da condicionante (subordinada, oração 1) e o conteúdo da condicionada (principal, oração 2) é um resultado que se resolve na oração 2, sendo, portanto, uma relação do tipo:

- (A) Realização / fato, pois, dada a realização / factualidade da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a realização / a factualidade da oração condicionada.
- (B) Não realização / não fato, pois, dada a não realização da oração condicionante, segue-se, necessariamente, a não realização da oração condicionada.
- (C) Realização eventual / fato eventual, dada a potencialidade da oração condicionante, segue-se a eventualidade da oração condicionada.
- (D) Realização / fato da primeira e não realização da segunda, pois, dada a realização da oração que exprime a condição (subordinada), segue-se a não realização da oração que exprime o condicionado (principal).

QUESTÃO 07

Considere o período a seguir: “A grande porta que dá para a lei está aberta de par em par como sempre, e o guarda se põe de lado; **então** o homem, inclinando-se para diante, olha para o interior através da porta.” (linhas 6 a 9). Nesse trecho, a palavra em destaque estabelece relação de:

- (A) Causalidade entre dois argumentos.
(B) Conclusão entre dois segmentos do texto.
(C) Proximidade entre um ocorrido e sua objeção.
(D) Temporalidade entre duas seqüências factuais.

QUESTÃO 08

Leia os itens a seguir:

- I. “Eu não posso suportar já sequer o olhar do terceiro”;
II. “Esquece-se dos outros sentinelas e chega a parecer-lhe que este primeiro é o único obstáculo (...)”;
III. “Mas agora, em meio às trevas, percebe um raio de luz inextinguível através da porta.”;
IV. “Ninguém senão tu podia entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti.”;

De modo que se mantenham os sentidos e que se atendam as normas propostas pela gramática normativa da língua portuguesa, assinale a alternativa que propõe a reescrita igualmente adequada para uma das sentenças acima:

- (A) Sequer posso suportar o olhar do terceiro (em lugar de I).
(B) Mas agora, em meio a trevas, percebe um raio de luz inextinguível através da porta (em lugar de III).
(C) Esquece os outros sentinelas e lhe chega a parecer que este primeiro é o único obstáculo (em lugar de II).
(D) Ninguém senão tu podias entrar aqui, pois esta entrada estava destinada apenas para ti (em lugar de IV).

QUESTÃO 09

Considere o trecho seguinte: “Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela, chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam.” (linhas 39 a 48). Dentre as alternativas a seguir, indique aquela que apresente pontuação igualmente correta para esse mesmo fragmento, sem alterar-lhe o sentido ou a função sintática de seus constituintes:

- (A) Nos primeiros anos, maldiz a gritos sua funesta sorte. Mas, depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou

estudando, o sentinela chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele. Tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim, vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se, simplesmente, são os olhos que o enganam.

- (B) Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas, depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim, vê que a luz, que seus olhos percebem, é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam.
- (C) Nos primeiros anos maldiz a gritos sua funesta sorte, mas depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela, chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim vê, que a luz que seus olhos percebem é mais fraca, e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam.
- (D) Nos primeiros anos, maldiz a gritos sua funesta sorte. Mas, depois, quando se torna velho, limita-se a grunhir entre dentes. E, como nos longos anos que passou estudando o sentinela chega a conhecer também as pulgas de seu abrigo de pele, tornado outra vez à infância, roga até a essas pulgas para que o auxiliem a quebrar a resistência do guarda. Por fim, vê que a luz que seus olhos percebem é mais fraca e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se, simplesmente, são os olhos que o enganam."

QUESTÃO 10

Assinale a alternativa em que a partícula "se" exerce função sintática idêntica à do trecho "O homem reflete e depois pergunta se mais tarde lhe será permitido entrar.":

- (A) "Se tanto te atrai entrar, procura fazê-lo não obstante a minha proibição." (linhas 10 e 11)
- (B) "A grande porta que dá para a lei está aberta de par em par como sempre, e o guarda se põe de lado; (...)" (linhas 6 a 8)
- (C) "(...) e não consegue distinguir se realmente se fez noite ao redor dele ou se simplesmente são os olhos que o enganam." (linhas 46 a 48)
- (D) "O homem, que para realizar aquela viagem teve de se abastecer de muitas coisas, emprega tudo (...) para subornar o porteiro." (linhas 31 a 34)

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa que não pode aparecer na janela principal do Painel de Controle do Windows 7, instalação padrão português Brasil. A janela principal é iniciada clicando em

Iniciar e em seguida **Painel de Controle**. A janela principal está classificada por Categoria.

- (A) Contas de Usuário e Segurança Familiar
(B) Sistema e Segurança
(C) Windows Explorer
(D) Rede e Internet

QUESTÃO 12

Analise as afirmativas a seguir acerca dos conceitos, ferramentas e protocolos de Internet.

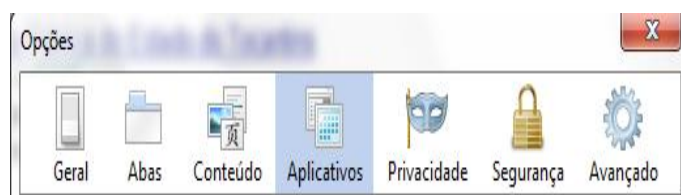
- I. O Google Chrome é um navegador desenvolvido para acessar o conteúdo disponível na Internet;
II. POP3 é um protocolo para envio de e-mails através da Internet;
III. HTML permite a construção de páginas Web;
IV. DNS é o protocolo de resolução de nomes para redes TCP/IP;
V. Download é usado quando um arquivo é transferido do computador para a Internet;

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e III
(B) I, III e IV
(C) II, III e IV
(D) III, IV e V

QUESTÃO 13

Analise a figura a seguir:



Marque a alternativa CORRETA acerca dos guias da janela de **Opções** do **Menu Ferramentas**, disponível no Firefox versão 3.6.27 instalação padrão português Brasil.

- (A) O guia **Geral** permite configurar o tamanho da fonte usada pelo Firefox.
(B) No guia **Conteúdo** é possível habilitar o Firefox para bloquear janelas popup.
(C) No guia **Privacidade** permite bloquear sites avaliados como falsos.
(D) O guia **Segurança** permite limpar histórico recente ou excluir cookies em particular.

QUESTÃO 14

Analise as afirmativas em V (Verdadeiro) e F (Falso), acerca da planilha eletrônica do Microsoft Excel 2007 instalação padrão português Brasil, descrita na figura a seguir: As células D2 a D5 estão com formatação contábil.

	D2			
	A	B	C	D
1	Processo	Movimentação	Valor	
2	1010-85.2009	Concluso	R\$ 2.000,00	
3	2020-55.2010	Carga	R\$ 12.000,00	
4	3030-55.2011	Despacho	R\$ 3.000,00	
5	4040-55.2012	Inicial	R\$ 3.000,00	
6				
7				

- I. A ação de clicar em D2 e digitar =SE(B2=Concluso;C2*30%) e em seguida, pressionar ENTER, atribui o valor 600,00 a célula D2;
- II. Para atribuir o valor 5.000,00 à célula D3 é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar na célula D3, digitar =SE(C2<=C3;MÉDIA(C2:C5)) e, em seguida, pressionar ENTER;
- III. O ato de clicar em célula D4 e digitar =SE(C2<=C3;SOMA(C2:C3);SOMA(C2:C5)) e em seguida, pressionar a tecla ENTER, atribui o valor 14.000,00 à célula D4;
- IV. Para atribuir o valor 12.000,00 à célula D5 é suficiente realizar o seguinte procedimento: clicar a célula D5, digitar =SE(MÉDIA(C2:C5)>=1000;MÁX(C2:C5)) e em seguida, pressionar a ENTER;

Está CORRETO o que se afirma em:

- (A) I, II e IV
- (B) I e II
- (C) II, III e IV
- (D) I e IV

QUESTÃO 15

Em relação ao programa Microsoft Word 2003 instalação padrão português Brasil, tem-se que clicando em **Formatar** pode-se efetuar as seguintes operações:



- I. Ajustar a fonte, o estilo, o tamanho, a cor, os efeitos e a forma de visualização utilizada;
- II. Ajustar o parágrafo através do alinhamento, recuo e espaçamento, quebra de linha e de página;
- III. Incluir e ajustar os marcadores e numeração, definindo níveis e estilos de lista;
- IV. Ajustar as bordas e sombreados da página;
- V. Ajustar a ortografia e gramática, através do idioma escolhido, da concordância verbal e do uso de sinais e de pontuação;

Marque a alternativa que apresenta as afirmativas VERDADEIRAS:

- (A) I, II, III e V
- (B) I, III, IV e V
- (C) I, II, III e IV
- (D) II, III, IV e V

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO ESTADO DO TOCANTINS

Para responder a questão 16, leia o texto abaixo:

No norte goiano (o atual Estado do Tocantins) os conflitos entre o índio e o colonizador ocorreram principalmente no primeiro momento da colonização. Todas as medidas tomadas, referentes aos indígenas tinham como objetivo impedir que eles se tornassem obstáculos à exploração da terra pelo colonizador e determinavam que eles fossem tratados por meio da persuasão. No século XVIII, sob a administração do Marquês de Pombal a política indigenista teve novas diretrizes. (PARENTE, T. G. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999, adaptado).

QUESTÃO 16

A respeito das diretrizes referentes ao indígena indicadas no texto acima, é CORRETO afirmar que a política pombalina

- (A) tinha como objetivo escravizar o indígena no norte de Goiás (atual Estado do Tocantins) permitindo o colonizador usar de sua mão-de-obra para o trabalho nas lavouras.
- (B) foi mais uma forma de expropriar o indígena em relação ao processo de colonização.
- (C) preocupou-se em ensinar os costumes dos brancos, permitindo ao colonizador usar a mão de obra indígena agora assalariada.
- (D) objetivava a domesticação dos índios por meio da força e violência para contribuir na catequese religiosa, mantendo assim o índio sob controle.

QUESTÃO 17

A luta pela terra no Bico do Papagaio é resultado de convergências de vários fatores, alguns de ordem estrutural, e outros resultantes da conjuntura histórica. No Bico do Papagaio temos a confrontação de duas ordens de interesse baseadas em racionalidades distintas: a do posseiro e a do fazendeiro ou empresário.

É CORRETO afirmar que a racionalidade do posseiro e fazendeiro, em relação à apropriação da terra, distingue-se porque

- (A) A do posseiro prevê antes de mais nada a titulação, enquanto a do fazendeiro prevê, sobretudo, a falsificação dos títulos.
- (B) A do posseiro está relacionada com a expansão de suas áreas para a produção, enquanto a do fazendeiro ou empresário tem a terra como um valor extraordinário.
- (C) A do fazendeiro está relacionada com a expansão de suas áreas e produção, enquanto a do posseiro prevê a titulação de forma ilícita.
- (D) A do fazendeiro ou empresário prevê antes de mais nada a titulação, nem que seja necessária a falsificação de títulos, enquanto que a do posseiro não tem a preocupação da titulação, a sua produção é praticada em terras indivisas e libertas.

QUESTÃO 18

O Estado de Goiás teve duas importantes frentes de penetração: uma proveniente de São Paulo e outra do norte, sobretudo de Belém (Grão-Pará) que foi utilizada na construção discursiva de uma oposição binária em relação à identidade tocaninense: a dos missionários e dos bandeirantes.

Em relação às bandeiras é CORRETO afirmar que

- (A) colonizaram o vazio demográfico em que se encontrava o norte do Estado de Goiás explorando a mão de obra dos indígenas para o trabalho nas lavouras, sobretudo da cana-de-açúcar na região.
- (B) pouco contribuíram para a ocupação da região, pois se propunham aprisionar nativos e usá-los como mão-de-obra nas lavouras de açúcar em São Paulo.

- (C) as bandeiras como primeiras expedições no norte de Goiás contribuíram de forma decisiva para ocupação da região, desbravando-a e criando as condições necessárias para o povoamento
- (D) atribui-se aos bandeirantes o papel de defensores da terra e dos povos indígenas, diante do interesse de ocupar o norte de Goiás criando assim as vilas de povoamento na época colonial.

Para responder a questão 19, leia o texto abaixo:

Em se tratando da participação do norte de Goiás nos diferentes níveis de poder nos últimos anos da República Velha, percebe-se que as elites políticas que compunham a representação federal, Câmara e Senado, tinham sua origem nas cidades que, graças ao rio Tocantins, desenvolveram a atividade comercial, como a exportação de gado e subprodutos, com os Estados limítrofes Pará e Maranhão, facultando-lhes primazia na região (CAVALCANTE, Maria do E. S. R. O discurso autonomista do Tocantins. São Paulo: EDUSP, 2003, p. 61).

QUESTÃO 19

De acordo com o texto, é CORRETO afirmar que a cidade beneficiada com o desenvolvimento comercial a partir do rio Tocantins foi

- (A) Porto Nacional, cuja história está atrelada ao rio tornando se proeminente em aspectos econômicos, políticos e culturais no norte de Goiás.
- (B) Xambioá, diante da localização de jazidas de cristal de rocha quartzo na Chapada do Chiqueirão, atraindo migrantes para o norte de Goiás.
- (C) Araguaína, em virtude de sua importância comercial para o escoamento e distribuição de mercadorias para o Norte de Goiás.
- (D) Ananás, que cresceu com a exploração do côco babaçu e ao plantio de lavouras praticado por maranhenses no norte de Goiás.

Para responder a questão 20, leia o texto abaixo:

Ele se autodenomina Akwe, vive no município de Tocantínia, a 80km da capital Palmas. Culturalmente, é conhecido como o povo do trançado da seda de buriti e de capim-dourado, fibras usadas na produção de cestos, bolsas, brincos e colares de sementes de Tiririca, Jurema e Mulungu (IPHAN. Vivências e sentidos: o patrimônio cultural do Tocantins. Goiânia: IPHAN, 2008, p. 85, adaptado).

QUESTÃO 20

De acordo com as características culturais indígenas apontadas no texto acima, é CORRETO afirmar que se trata do povo

- (A) Xerente.
- (B) Apinayé.
- (C) Iny.
- (D) Krahô.

LEGISLAÇÃO QUE DISPÕE SOBRE E ORGANIZA A DEFENSORIA PÚBLICA

QUESTÃO 21

Nos termos da Lei Complementar nº 80/94 são objetivos da Defensoria Pública:

- I. a primazia da dignidade da pessoa humana e a redução das desigualdades sociais;
- II. a afirmação do Estado Democrático de Direito;
- III. a prevalência e efetividade dos direitos humanos;
- IV. a garantia dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório;

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Todos os itens estão incorretos.
- (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (D) Somente os itens II, III e IV estão corretos.

QUESTÃO 22

Nos termos da Lei Complementar nº 80/94 são funções institucionais da Defensoria Pública, dentre outras:

- I. Promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios;
- II. Representar aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos, postulando perante seus órgãos;
- III. Patrocinar ação penal privada e a subsidiária da pública;
- IV. Instaurar inquérito policial;
- V. Lavrar termos circunstanciais;

- (A) Todos os itens estão corretos.
- (B) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (C) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 23

Nos termos da Lei Estadual nº 2.252/2009, o quadro de servidores auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Tocantins é organizado, dentre outras, com fundamento nas seguintes diretrizes:

- I. Organização e escalonamento dos cargos, tendo em vista a multifuncionalidade, a multidisciplinaridade e a complexidade das atribuições;
- II. Motivação dos servidores, mediante o reconhecimento dos resultados obtidos no desempenho das suas atribuições, após aferição da eficiência e qualidade dos serviços prestados;
- III. Desenvolvimento profissional dos servidores, mediante tempo de serviço e sindicância prévia de suas atribuições;
- IV. Compromisso dos servidores com a filosofia e os objetivos da Instituição;
- V. Revisão geral e bienal da remuneração em abril, obedecidos os parâmetros da Lei de Diretrizes Orçamentárias e a disponibilidade financeira;

- (A) Somente os itens I, II e III estão corretos.
- (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
- (C) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
- (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 24

Nos termos da Lei Complementar nº 80/94 é prerrogativa dos membros da Defensoria Pública do Estado:

- (A) Manifestar-se em autos administrativos ou judiciais por meio de cota.
- (B) Não residir na localidade onde exercem suas funções.
- (C) Exercer a advocacia fora das atribuições institucionais.
- (D) Exercer atividade político-partidária, enquanto atuar junto à Justiça Eleitoral.

QUESTÃO 25

Assinale a alternativa CORRETA, nos termos da Lei Complementar nº 80/94:

- (A) Ao Defensor Público-Geral do Estado compete exercer as atividades consultivas, normativas e decisórias a serem previstas na lei estadual.
- (B) Ao Conselho Superior compete dirigir a Defensoria Pública do Estado, superintender e coordenar suas atividades, orientando sua atuação, e representando-a judicial e extrajudicialmente.
- (C) A Ouvidoria-Geral é órgão de fiscalização da atividade funcional e da conduta dos membros e dos servidores da Instituição.
- (D) A Defensoria Pública do Estado poderá atuar por intermédio de núcleos ou núcleos especializados, dando-se prioridade, de todo modo, às regiões com maiores índices de exclusão social e adensamento populacional.

QUESTÃO 26

De acordo com a Lei nº. 1.818/2007, que estabelece o Estatuto dos Servidores Cíveis do Estado do Tocantins, as funções públicas, segundo a sua natureza, podem ser:

- I. De comando, direção, gerência ou chefia;
 - II. De fiscalização, quando se referem à fiscalização da atividade funcional e da conduta dos servidores;
 - III. Técnicas, quando se referem às ações de caráter instrumental, necessárias à habilitação do processo decisório;
 - IV. De apoio, quando se prestam à instrumentalização das demais funções e dos serviços do Estado;
- (A) Somente os itens I, II e III estão corretos.
 (B) Somente os itens I, III e IV estão corretos.
 (C) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
 (D) Somente os itens II, III e IV estão corretos.

QUESTÃO 27

De acordo com a Lei nº. 1.818/2007, leia os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I. Os servidores cumprem jornada de trabalho fixada de acordo com as necessidades do exercício das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de 40 horas e observados os limites mínimo e máximo de 6 horas e 8 horas diárias, respectivamente;
 - II. Estágio Probatório é o período de 3 anos de efetivo exercício no cargo, no qual a Administração observa e avalia, por meio da Avaliação Especial de Desempenho, a capacidade do servidor no exercício do serviço público;
 - III. Salvo por imposição legal, mandado judicial, para atender programa de caráter social oficializado e para programa de capacitação funcional, ou nos casos de convênios com instituições credenciadas, nenhum desconto incide sobre o subsídio, remuneração ou provento do servidor;
 - IV. São princípios da conduta profissional dos servidores públicos a honestidade, o decoro, a eficiência e o exercício dos valores éticos e morais, que conferem dignidade ao cargo;
- (A) Todos os itens estão corretos.
 (B) Todos os itens estão incorretos.
 (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
 (D) Somente os itens II, III e IV estão corretos.

QUESTÃO 28

De acordo com o Estatuto dos servidores civis do Estado do Tocantins (Lei nº. 1.818/2007) assinale a alternativa CORRETA:

- (A) A acumulação remunerada de cargos públicos é sempre permitida.
- (B) A proibição de acumular não se estende aos empregos e funções junto às empresas públicas, sociedades de economia mista.
- (C) O servidor poderá exercer mais de um cargo em comissão e será remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.
- (D) Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargo, emprego ou função, o servidor é notificado, por intermédio da chefia imediata ou unidade de correedoria administrativa, mediante convocação escrita ou publicação no Diário Oficial, para apresentar opção no prazo improrrogável de 10 dias, contados da data da ciência.

QUESTÃO 29

Segundo o Código de Ética da Defensoria Pública (Resolução nº 58/2010), NÃO é dever do Defensor Público;

- (A) Velar por sua reputação pessoal e profissional.
- (B) Abster-se de participar de debates ou entrevistas em que a discussão envolva fatos atinentes a processo sob seu patrocínio submetido a sigilo de justiça ou de outro membro da Instituição.
- (C) Usar vestes talares.
- (D) Tratar com respeito e urbanidade os colegas, as autoridades, os servidores da Instituição e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício do cargo, não prescindindo de igual tratamento.

QUESTÃO 30

Segundo o Código de Ética da Defensoria Pública (Resolução nº 58/2010), constitui afronta à ética profissional do Defensor Público no exercício de suas funções:

- I. Perder prazos processuais sem motivo justificável ou não zelar, de qualquer forma, pela celeridade da tramitação dos feitos;
 - II. Não manter assiduidade e frequência em sua unidade de lotação e/ou designação;
 - III. Não manter seu gabinete organizado, deixando de zelar pelo patrimônio e documentação sob sua responsabilidade;
 - IV. Discriminar, no exercício das funções, pessoas, por motivo político, ideológico, partidário, religioso, de gênero, étnico, ou qualquer outro;
 - V. Trajar-se de forma incompatível com o cargo;
- (A) Todos os itens estão corretos.
 (B) Somente os itens I, II e IV estão corretos.
 (C) Somente os itens I, II e III estão corretos.
 (D) Somente os itens I, III e IV estão corretos.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

Sobre a Administração Pública na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O princípio da impessoalidade está previsto de forma implícita na Constituição Federal de 1988.

- (B) As funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargos em comissão.
- (C) A moralidade, a legalidade e a parcialidade são princípios norteadores da Administração Pública direta e de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos Territórios.
- (D) O prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período, sendo que, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele que aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira.

QUESTÃO 32

De acordo com a Constituição Federal de 1988, NÃO são órgãos do Poder Judiciário:

- (A) O Supremo Tribunal Federal; o Conselho Nacional de Justiça; o Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares; os Tribunais de Contas da União e dos Estados; os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- (B) O Supremo Tribunal Federal; o Conselho Nacional de Justiça; o Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares; os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- (C) O Supremo Tribunal Federal; o Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.
- (D) O Supremo Tribunal Federal; o Conselho Nacional de Justiça; o Superior Tribunal de Justiça; os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; os Tribunais e Juízes do Trabalho; os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares; os Tribunais e Juízes dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal e Territórios.

QUESTÃO 33

Nos termos da Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e três Ministros, nomeados mediante ato exclusivo e irrevogável do Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos e de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (B) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no mínimo, trinta e cinco Ministros, nomeados mediante ato executivo e irretroatável do Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos e de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- (C) Compete ao Superior Tribunal de Justiça a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- (D) É da competência do Superior Tribunal de Justiça, processar e julgar, em grau de recurso, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente e os membros do Congresso Nacional.

QUESTÃO 34

De acordo com a Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) A República Federativa do Brasil é formada apenas pela união dos Estados e dos Territórios e constitui-se em Estado de Direito.
- (B) A República Federativa do Brasil é formada apenas pela união indissolúvel dos Municípios e tem suas bases fundadas em princípios de direito.
- (C) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e é formada apenas pela união indissolúvel dos Municípios e dos Territórios brasileiros que incorporam sua circunscrição.
- (D) A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito e é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal.

QUESTÃO 35

Sobre o tratamento dos servidores públicos na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter exclusivamente contributivo, por meio da contribuição do respectivo ente público e dos servidores ativos.
- (B) Aos servidores titulares de cargos efetivos ou em comissão da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo, mediante contribuição exclusiva dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (C) Os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações, serão aposentados ou por invalidez permanente, ou compulsoriamente, aos setenta anos de idade, ou ainda voluntariamente, desde que atendidas as exigências constitucionais.
- (D) Por ocasião de sua concessão, os proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargos efetivos ou em comissão da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.

QUESTÃO 36

Conforme a Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) Compete ao Congresso Nacional, exclusivamente, sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (B) É de competência concorrente do Congresso Nacional e do Presidente da República assinar e ratificar tratados, acordos ou atos internacionais que acarretam encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.
- (C) O Congresso Nacional é munido de competência constitucional para autorizar o estado de defesa e a intervenção federal, aprovar o estado de sítio, mas não para suspender qualquer uma dessas medidas.
- (D) Compete ao Congresso Nacional, autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, somente quando a ausência exceder a vinte e um dias.

QUESTÃO 37

Marque a alternativa CORRETA, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988:

- (A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, os

Municípios, o Distrito Federal, os Territórios e as Autarquias, todos autônomos, nos termos da Constituição Federal.

- (B) Os Territórios Federais não integram a União e sua extinção depende de Lei ordinária Estadual.
- (C) A Constituição Federal possibilita a transformação de Territórios em Estados-membros e a criação, incorporação, fusão e o desmembramento de Municípios.
- (D) De acordo com a Constituição Federal, na organização político-administrativa os entes federativos são dotados de soberania e de autonomia.

QUESTÃO 38

Sobre os objetivos e os Princípios Fundamentais norteadores da República Federativa do Brasil, expressos na Constituição Federal de 1988, marque a alternativa CORRETA:

- (A) A soberania, o pluripartidarismo e o sistema presidencialista de governo são princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.
- (B) A dignidade da pessoa humana é princípio de direito, mas não é fundamento da República Federativa do Brasil.
- (C) Um dos objetivos da República Federativa do Brasil é a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) A valorização social do trabalho e a livre iniciativa constituem objetivos, mas não são fundamentos da República Federativa do Brasil.

QUESTÃO 39

Segundo a Constituição Federal de 1988, a Administração Pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios, EXCETO:

- (A) Princípio da legalidade.
- (B) Princípio da pessoalidade.
- (C) Princípio da moralidade
- (D) Princípio da eficiência.

QUESTÃO 40

Segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), reputa-se agente público:

- (A) Todo aquele que exerce, exclusivamente de forma não transitória, mandato, cargo, emprego ou função, junto à administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- (B) Todo aquele que exerce, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, exclusivamente remunerada, junto à administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.
- (C) Todo aquele que exerce, exclusivamente de forma transitória e sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, junto à administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja

concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

- (D) Todo aquele que exerce, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função, junto à administração direta, indireta ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de empresa incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra com mais de cinquenta por cento do patrimônio ou da receita anual.

QUESTÃO 41

Segundo a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), leia os itens abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I. Praticar ato administrativo vedado em lei ou regulamento, ou diverso daquele previsto na regra de competência, constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito;
 - II. Aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade são atos de improbidade administrativa que importam enriquecimento ilícito;
 - III. Revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;
 - IV. Realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar garantia insuficiente ou inidônea são atos de improbidade administrativa que causam prejuízo ao erário;
- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
 - (B) Somente os itens III e IV estão corretos.
 - (C) Somente os itens I e III estão corretos.
 - (D) Somente os itens II e IV estão corretos.

QUESTÃO 42

De acordo com a Lei 8.666/93 são modalidades de licitação, EXCETO:

- (A) O leilão.
- (B) O convite.
- (C) A convocação de preços.
- (D) O concurso.

QUESTÃO 43

Sobre a licitação pública regida pela Lei nº 8.666/93, marque a alternativa CORRETA:

- I. Esta Lei estabelece normas específicas sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- II. Para os fins desta Lei, considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada;
- III. A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da

proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;

- IV. Para os fins desta Lei, considera-se empreitada integral quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;
- V. De acordo com esta Lei, Projeto Básico corresponde ao conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, porém, sem a necessidade de avaliação do custo da obra e da definição dos métodos, bem como do prazo de execução;
- (A) Somente os itens I, II e III estão corretos.
 (B) Somente os itens II, III e IV estão corretos.
 (C) Somente os itens II, IV e V estão corretos.
 (D) Somente os itens III, IV e V estão corretos.

QUESTÃO 44

Para os efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), entende-se como:

- (A) Receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, com a devida dedução, nos Estados, das parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional.
- (B) Ente da Federação: a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (C) Empresa controlada: aquela que recebe do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária.
- (D) Empresa estatal dependente: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação.

QUESTÃO 45

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), a despesa total com pessoal dos Estados, não poderá exceder o percentual de 60% da receita corrente líquida. E, a repartição desse limite não poderá exceder os seguintes percentuais:

- I. 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado;
 II. 10% (dez por cento) para o Judiciário;
 III. 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo;

IV. 5% (cinco por cento) para o Ministério Público dos Estados;

- (A) Somente os itens I e II estão corretos.
 (B) Somente os itens III e IV estão corretos.
 (C) Somente os itens I e III estão corretos.
 (D) Somente os itens II e IV estão corretos.

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS - ARQUIVOLOGIA**QUESTÃO 46**

Documento emanado do poder público ou de entidade de direito privado que produz efeitos de ordem jurídica na comprovação de um fato. Esta definição refere-se ao:

- (A) Documento ostensivo.
 (B) Documento privado.
 (C) Documento oficial.
 (D) Documento público.

QUESTÃO 47

Uma unidade de arquivamento constituída de documentos relacionados entre si por assunto é chamada de:

- (A) Fusão
 (B) Junção
 (C) Adendo
 (D) Dossiê

QUESTÃO 48

O processo de preservação no qual o documento é protegido entre folhas de poliéster transparente cujas bordas são seladas é denominado:

- (A) Encapsulação
 (B) Encolagem
 (C) Encadernação
 (D) Estereograma

QUESTÃO 49

Espécie de filme cujo arquivamento é desaconselhável por estar sujeito à combustão espontânea:

- (A) Filme de acetato
 (B) Filme de nitrato
 (C) Filme diazo
 (D) Filme poliéster

QUESTÃO 50

A reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e a forma de registro da informação é conhecida como:

- (A) Gestão da informação
 (B) Gestão de documentos
 (C) Gestão de depósito
 (D) Gênero documental

QUESTÃO 51

A classificação de segurança refere-se:

- (A) Ao arquivo de segurança.
 (B) À alienação de um documento.
 (C) Aos graus de sigilo.
 (D) À sigilografia.

QUESTÃO 52

No caso de juntada de documento ou processo em caráter definitivo, deve prevalecer, para referência:

- (A) O número do processo mais antigo
- (B) O número do processo mais recente
- (C) A junção dos dois números
- (D) O número do processo mais volumoso.

QUESTÃO 53

Em relação à apensação, NÃO se pode afirmar que:

- (A) É uma juntada em caráter definitivo.
- (B) É uma juntada em caráter temporário.
- (C) Cada processo conserva a sua identidade.
- (D) Cada processo conserva a sua independência.

QUESTÃO 54

Um anapistógrafo é:

- (A) Um documento escrito de ambos os lados.
- (B) Um documento impresso de ambos os lados.
- (C) Documento escrito ou impresso de um único lado.
- (D) Conhecido também como opistógrafo.

QUESTÃO 55

Em relação ao arquivo, NÃO se pode afirmar que:

- (A) É um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva pública.
- (B) É um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva privada.
- (C) É um conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma pessoa ou família.
- (D) A natureza do suporte é o que determina se o conjunto de documentos é arquivo ou não.

QUESTÃO 56

Em relação ao arquivo corrente, NÃO se pode afirmar que:

- (A) Tem valor primário.
- (B) Abrange apenas documentos em tramitação.
- (C) Abrange documentos em tramitação ou não.
- (D) É objeto de consultas frequentes.

QUESTÃO 57

Em relação ao arquivo intermediário, NÃO se pode afirmar que:

- (A) É o conjunto de documentos originários de arquivos correntes.
- (B) É um conjunto de documentos originários do arquivo permanente.
- (C) Tem uso pouco frequente.
- (D) É composto de documentos que aguardam outra destinação.

QUESTÃO 58

Em relação ao arquivo técnico, NÃO se pode afirmar que:

- (A) Nele predominam documentos decorrentes do exercício das atividades-meio de uma instituição.
- (B) Nele predominam documentos decorrentes do exercício das atividades-fins de uma instituição.
- (C) A sua denominação é uma expressão usada em oposição ao arquivo administrativo.
- (D) Abrange documentos resultantes da finalidade principal de uma instituição.

QUESTÃO 59

O cilindro de plástico para enrolar filmes em espiral, destinado a mantê-los tensionados durante o arquivamento é denominado:

- (A) Cartucho.
- (B) Carretel.
- (C) Bobina.
- (D) Batoque.

QUESTÃO 60

O código elaborado de acordo com a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(G) destinado a identificar qualquer unidade de descrição é denominado:

- (A) Código de classificação
- (B) Código de referência
- (C) Código de consulta
- (D) Código de avaliação

QUESTÃO 61

A cópia exata de um documento, feita geralmente para fins legais, reproduzindo com fidelidade o grafismo e a forma do original é denominada:

- (A) Cópia azul.
- (B) Cópia carbono.
- (C) Cópia figurada.
- (D) Cópia heliográfica.

QUESTÃO 62

Nome que se dá a uma cópia de um documento obtida por um processo fotomecânico, por contato direto de um original translúcido com material latente colorível, que se torna visível pela ação de gases de amoníaco:

- (A) Cópia azul.
- (B) Cópia carbono.
- (C) Cópia figurada.
- (D) cópia heliográfica.

QUESTÃO 63

A responsabilidade jurídica de guarda e proteção de arquivos, independentemente de vínculo de propriedade é chamada de:

- (A) Dação.
- (B) Herança.
- (C) Custódia.
- (D) Sucessão.

QUESTÃO 64

Ato pelo qual a autoridade competente libera à consulta, no todo ou em parte, documento anteriormente sujeito a grau de sigilo:

- (A) Desclassificação
- (B) Descarte
- (C) Desapensação
- (D) Destinação

QUESTÃO 65

Nome dado ao documento em linguagem não-textual, em suporte não convencional, ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica:

- (A) Documento eletrônico
- (B) Documento especial
- (C) Documento ostensivo
- (D) Documento iconográfico

QUESTÃO 66

Dados ou informações referentes à soberania e à integridade territorial nacionais, a planos e operações militares, às relações internacionais do País, a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da defesa nacional e a programas econômicos, cujo conhecimento não-autorizado possa acarretar dano excepcionalmente grave à segurança da sociedade e do Estado. Esta definição, que consta do Decreto Presidencial n. 4553, de 27 de dezembro de 2002, se refere aos documentos classificados como:

- (A) Reservados
- (B) Confidenciais
- (C) Secretos
- (D) Ultrassecetos

QUESTÃO 67

Dados ou informações que, no interesse do Poder Executivo e das partes, devam ser de conhecimento restrito e cuja revelação não-autorizada possa frustrar seus objetivos ou acarretar dano à segurança da sociedade e do Estado. Esta definição, que consta do Decreto Presidencial n. 4553, de 27 de dezembro de 2002, se refere aos documentos classificados como:

- (A) Reservados
- (B) Confidenciais
- (C) Secretos
- (D) Ultrassecetos

QUESTÃO 68

Dados ou informações referentes a sistemas, instalações, programas, projetos, planos de operações de interesse da defesa nacional, a assuntos diplomáticos e de inteligência e a planos ou detalhes, programas ou instalações estratégicas, cujo conhecimento não-autorizado possa acarretar dano grave à segurança da sociedade e do Estado. Esta definição, que consta do Decreto Presidencial n. 4553, de 27 de dezembro de 2002, se refere aos documentos classificados como:

- (A) Reservados
- (B) Confidenciais
- (C) Secretos
- (D) Ultrassecetos

QUESTÃO 69

Método de restauração que envolve o documento em uma face de papel de seda e outra de acetato de celulose, a altas temperaturas:

- (A) Alisamento
- (B) Silking
- (C) Laminação
- (D) Encapsulação

QUESTÃO 70

A ordenação dos documentos em fundos é chamada de:

- (A) Arranjo.
- (B) Descrição.
- (C) Publicação.
- (D) Conservação.

QUESTÃO 71

Denominação do processo de exposição de documentos a vapores químicos em câmaras especiais, a vácuo ou não, para destruição de insetos, fungos e outros microorganismos:

- (A) Fumigação
- (B) Umidificação
- (C) Laminação
- (D) Eliminação

QUESTÃO 72

Procedimento em que documentos quebradiços e ressecados são colocados numa atmosfera úmida para readquirirem flexibilidade pela absorção gradual do vapor d'água:

- (A) Fumigação
- (B) Umidificação
- (C) Laminação
- (D) Eliminação

QUESTÃO 73

Marque a alternativa INCORRETA em relação às denominações utilizadas para o indicador colocado no lugar de uma unidade de arquivamento ou item documental para assinalar sua remoção temporária:

- (A) Guia
- (B) Guia-fora
- (C) Fantasma
- (D) Ficha-fantasma

QUESTÃO 74

Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras:

- (A) Princípio do respeito à ordem original.
- (B) Princípio da reversibilidade.
- (C) Princípio da pertinência.
- (D) Princípio da proveniência.

QUESTÃO 75

Princípio segundo o qual o arquivo deveria conservar o arranjo dado pela entidade coletiva, pessoa ou família que o produziu:

- (A) Princípio do respeito à ordem original.
- (B) Princípio da reversibilidade.
- (C) Princípio da pertinência.
- (D) Princípio da proveniência.

QUESTÃO 76

Conceito segundo o qual, com a transferência de funções de uma autoridade para outra como resultado de mudança política ou administrativa, documentos relevantes ou cópias são também transferidos para assegurar a continuidade administrativa:

- (A) Proveniência funcional
- (B) Sucessão arquivística
- (C) Proveniência territorial
- (D) Proveniência arquivística

QUESTÃO 77

Denominação do processo de transferência da propriedade legal de arquivos, resultante de mudança da soberania territorial, da divisão administrativa de estado ou do direito de sucessão, próprio das pessoas físicas ou jurídicas:

- (A) Proveniência funcional
- (B) Sucessão arquivística
- (C) Proveniência territorial
- (D) Proveniência arquivística

QUESTÃO 78

A operação pela qual um conjunto de documentos passa do arquivo intermediário para o arquivo permanente é chamada de:

- (A) reintegração.
- (B) recolhimento.
- (C) reclassificação.
- (D) reencolagem.

QUESTÃO 79

Processo de restauração, manual ou mecânico, em que se usa uma suspensão de fibras para reparar documentos danificados por perda de suporte:

- (A) Reintegração
- (B) Recolhimento
- (C) Reclassificação
- (D) Reencolagem

QUESTÃO 80

Instrumento do qual consta o registro de informações sobre documentos eliminados após terem cumprido o prazo de guarda:

- (A) Termo de transferência.
- (B) Termo de recolhimento.
- (C) Termo de encerramento.
- (D) Termo de eliminação.

PROVA DISCURSIVA

Instruções

Redija um texto **DISSERTATIVO, em prosa**. Observe rigorosamente as orientações e informações a seguir:

- O texto deve ser desenvolvido segundo o tema.
- O tema vem acompanhado de uma coletânea, que tem o objetivo de orientar sua linha argumentativa.
- Sua prova discursiva será **ANULADA** se você: fugir ao **tema**; desconsiderar a **coletânea**; não atender ao **tipo de texto** exigido, ultrapassar o número máximo de linhas – 30 (trinta) linhas.

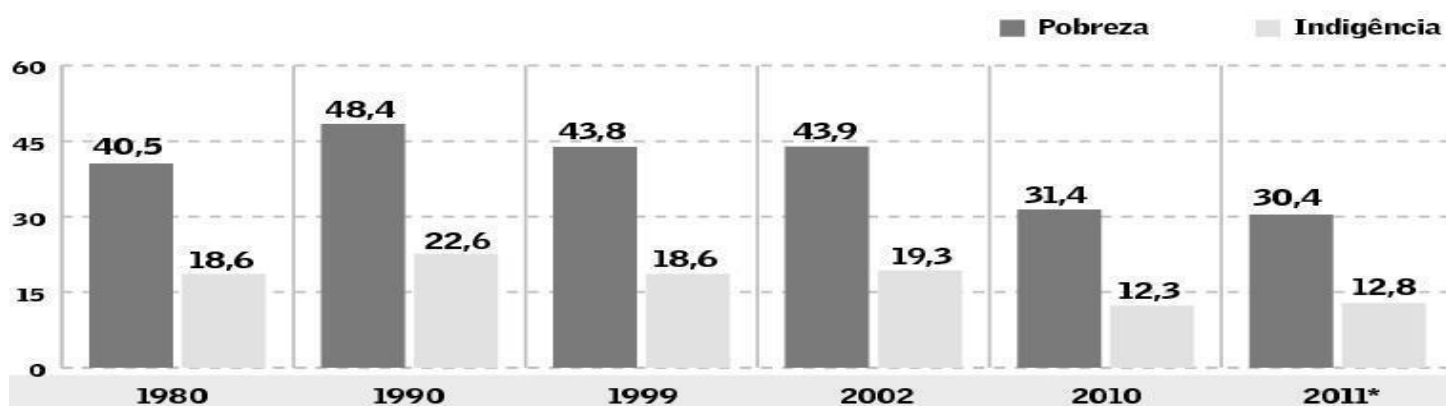
Tema

A pobreza como uma violação dos direitos humanos

TEXTO I

A pobreza na América Latina

Em percentual da população



Fonte: Panorama Social da América Latina (Cepal). *Projeção

Disponível em: <<http://www.valor.com.br/sites/default/files/gn/11/11/arte30int-301-cepas-a11.jpg>>. Acessado em: 05 ago. 2012.

TEXTO II

“A igualdade dos cidadãos perante a lei passou a ser confrontada com a desigualdade da lei perante os cidadãos, uma confrontação que em breve se transformou num vasto campo de análise sociológico e de inovação social centrado na questão do acesso diferencial ao direito e à justiça por parte das diferentes classes e estratos sociais.”

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

TEXTO III

A DEFENSORIA PÚBLICA E A ERRADICAÇÃO DA POBREZA

A pobreza é considerada por alguns pesquisadores uma causa ou a consequência da violação dos direitos humanos, assim como pode ser considerada uma violação dos direitos humanos ou um direito humano em si se considerado o direito a ser livre da pobreza. Sua vinculação com os direitos humanos se dá, então, no âmbito dos direitos econômicos e sociais, embora não possa ser vista unicamente como violação desses direitos, já que na condição de pobreza também ocorrem negações de direitos civis e políticos, que ensejam conflitos e, portanto, a necessidade de atuação do Estado no combate às violações de direitos humanos.

Disponível em: <http://www.anadep.org.br/wtksite/cms/conteudo/13134/ANGELITA_MARIA_MADERS.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2012.

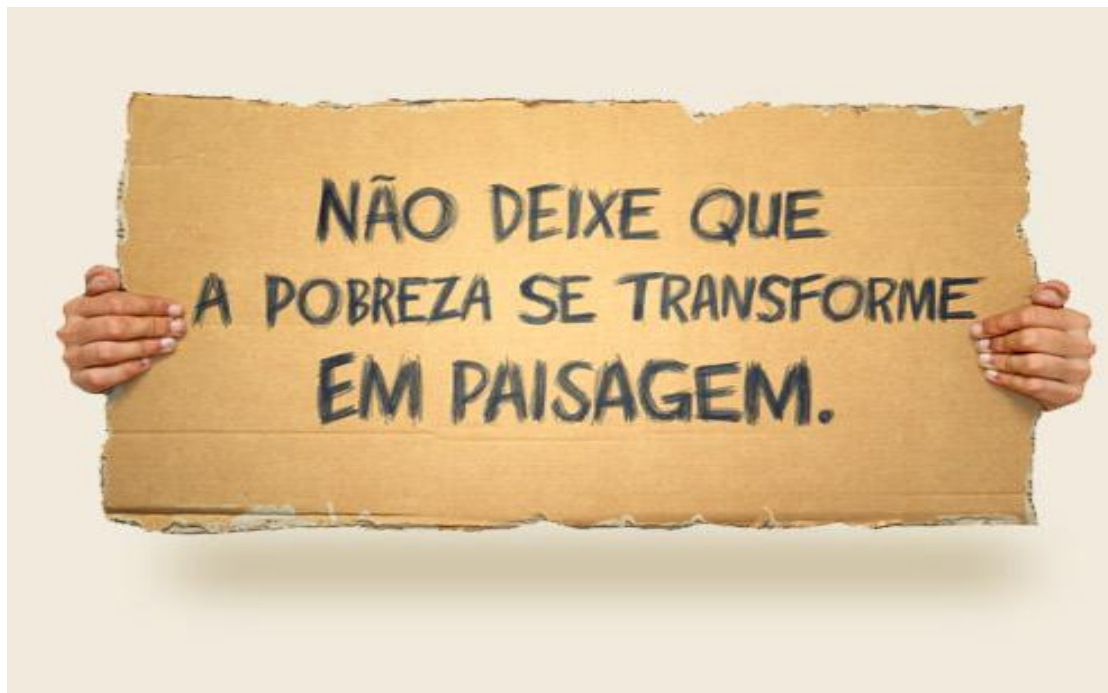
TEXTO IV

Art. 3º - I - construir uma sociedade livre, justa e solidária; III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 05 ago. 2012.

TEXTO V



Disponível: <http://4.bp.blogspot.com/_PYubGPb78Q0/TTYFK_E0kcl/AAAAAAAAAH0/THXD_pKCcuqM/S780/pobreza.jpg>. Acesso em: 05 ago. 2012.

PROPOSTA

Considerando a atuação da Defensoria Pública, leia a coletânea e elabore sua dissertação, argumentando sobre o tema: **A pobreza como uma violação dos direitos humanos.**

RASCUNHO – PROVA DISCURSIVA

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	